

Olhos nos olhos com a pandemia: a economia como moeda de troca

A associação conceptual, técnica e política da pandemia à economia será classificada pelas gerações futuras como um crime contra a humanidade. Esta associação provoca atrasos – inevitáveis e com consequências imprevisíveis – no combate à pandemia e consequências previsíveis – e evitáveis – na economia e na vida dos cidadãos. Vivemos desde Março de 2020 num ciclo vicioso auto-imposto e resultado de uma cegueira civilizacional. Para combater a pandemia precisamos de reduzir drasticamente a interacção social – nomeadamente aquela mediada pela proximidade física e geográfica –, mas essa redução coloca as pessoas em situação económica e financeira insustentável.

É pacífico afirmar-se que se a redução da interacção social não tivesse custos económicos, o combate à pandemia far-se-ia de forma mais eficaz e eficiente. A sociedade consolidou-se ao longo dos últimos 500 anos através da ligação mobilidade-emprego-rendimento-consumo-mobilidade, de tal forma que se considera esta ligação como parte do ADN da espécie humana, algo que nos determina e com escassa possibilidade de reversibilidade. Mas será mesmo assim? Em que momento é que a economia se tornou numa lei da física? Em que momento é que a matriz económica relegou a humanidade para um seu subproduto?

Pensem em conjunto: será possível conceber a dissociação conceptual entre a pandemia e a economia? A verdade é que é conceptualmente possível, tecnicamente fácil e politicamente desejável. Mas quem ousará colocar a questão em cima da mesa nacional, europeia e mundial? Facto: a economia é uma construção social. É uma forma de organização de recursos, construída pelas sociedades capaz de dar uma resposta satisfatória ao modelo de extracção, produção e consumo de energia necessário à sobrevivência da vida em geral e da espécie humana em particular (claro que este modelo já estava em crise antes da pandemia, mas essa questão não deve atrapalhar a reflexão presente). A economia não é uma entidade concreta, com existência própria, independente da sociedade que a criou. A economia que existia há 1000 anos é muito diferente daquela que existe hoje e será certamente muito diferente daquela que existirá daqui a 1000 anos (estou a ser optimista quanto à sobrevivência da espécie humana). A economia não é uma lei da física que nos condiciona na procura de melhores soluções; é uma arquitectura social flexível, que se deve adaptar às necessidades humanas e não nos deve escravizar na sua prossecução.

Repare-se na ironia: mesmo os partidos de esquerda já se deixaram alienar pela matriz económica que sempre criticaram, aceitando confinamentos mais duros (obviamente necessários) mas salientando que é preciso “apoiar a economia”! A economia não precisa de apoios, as pessoas é que precisam de apoios! Mas apoiar a economia (seja lá o que isso for) não será a mesma coisa que apoiar as pessoas? Não será apenas uma questão de semântica? Permitam-me discordar

profundamente. A interacção social (desejos, trocas, mobilidades, recursos, opções políticas) origina um tecido económica que se traduz num filtro que tem consequências sobre as sociedades (pessoas, instituições, ambiente). Sabemos que a matriz económica, nas suas diversas abordagens, é um filtro que produz muitos efeitos indesejáveis (criminalidade, insegurança, desigualdades, problemas ambientais e ecológicos e diversas assimetrias), mesmo funcionando em situações “normais”. A sociedade tem vindo a aperfeiçoar este filtro, mas é um processo em constante construção e encontra-se muito aquém do desejável. Agora a conclusão: apoiar as pessoas é um caminho para melhorar o filtro económico. Apoiar a economia (esperando que chegue às pessoas) é utilizar um filtro – que já sabemos produzir muitas insuficiências em situações normais – numa das situações mais precárias que sociedade moderna jamais enfrentou. O resultado não poderá ser melhor do que o instrumento utilizado.

A economia, tal como a tecnologia e a inovação, são construções sociais; desde logo, são construções políticas, foram opções (algumas vezes de forma pouco consciente) de entre alternativas. Como consequência, pode e deve ser alterada sempre que se justificar. Temos conhecimento para o fazer, mas estamos a perder conhecimento por não o fazer. Tomemos a seguinte analogia. Quando se joga xadrez e um jogador faz cair uma peça, faz sentido atribuir-lhe a responsabilidade desse acto. Mas se um sismo fizer cair algumas das peças, de que jogador é a culpa? Como se resolve o problema? Não será difícil chegar a um acordo lógico: voltam a colocar-se as peças como estavam antes do sismo e continua-se o jogo.

A pandemia (que é um problema com origem biológica – eu sei que lhe podemos atribuir responsabilidades económicas) não pode ter consequências económicas. É surrealista e não faz sentido, nomeadamente aquelas que podem ser evitadas e que, por essa via, terão consequências positivas no combate à pandemia. É necessário ultrapassar esta contradição: deseja-se uma interdependência naquilo que é mutuamente exclusivo. Admitindo que conceptualmente é possível separar estas duas dimensões, como operacionalizar esse objectivo?

Eu achava que por Abril ou Maio de 2020, os principais líderes mundiais já teriam percebido esta óbvia contradição. As autoridades políticas dariam indicações para que os principais bancos centrais emitissem moeda, que seria canalizada pelas rubricas orçamentais (existentes ou facilmente criadas – orçamentos de emergência, por exemplo) para as necessidades de todas as pessoas, mantendo os agregados macroeconómicos constantes (a valores antes da crise, por exemplo). Esta emissão de moeda seria neutra; aliás a moeda só ganhou verdadeiro significado económico depois de ter demonstrado a sua neutralidade.

Esta acção reduziria a interacção social para níveis que tornariam o combate à pandemia (e o posterior estímulo às actividades económicas) muito diferente. A grande maioria das pessoas continua a interagir (social e territorialmente) porque a sua sobrevivência está refém da ligação que enunciámos anteriormente. Cortar esta ligação é criar um espaço para debelar melhor, mais rápido e mais eficazmente a pandemia.

Não se consegue um consenso mundial? Tente-se um europeu. Num dos momentos mais delicados da humanidade, a Europa tem uma boa oportunidade – ainda para mais num período sob a presidência portuguesa – de uma vez mais mostrar ao mundo a sua natureza progressista e inovadora. A solução pode até ser menos radical: emissão de moeda para as necessidades dos sistemas de saúde e de segurança social, sem contabilização para o défice e a dívida. Pode não se gostar destas soluções. Mas então encontremos soluções ajustadas para este elefante no meio da sala.

Em síntese, é uma cegueira civilizacional, um crime contra a humanidade, não dissociar a pandemia da economia, nos termos em que foi colocada. Biologicamente, impede-se a resolução rápida da pandemia. O vírus circula mais tempo, numa escala de interacção crescente e, pela lei das probabilidades, não se pode afastar a possibilidade de mutações verdadeiramente dramáticas. É uma derivação lógica da teoria da evolução: a oportunidade de evolução é função da escala da diversidade. Economicamente, aprofundam-se todos os efeitos indesejáveis. Está a destruir-se capacidade económica, pessoas, famílias, empresas e recursos; este “pára-arranca” das actividades económicas é mais prejudicial do que uma paragem coordenada e previsível. Também não faltará muito tempo para que as agências de *rating* venham levantar a questão dos défices e das dívidas de alguns países. Todos conhecemos o resultado. Finalmente, quanto mais tempo demorar a pandemia maior será a dessincronização territorial e funcional dos ciclos económicos e sociais e mais demorada será uma previsível recuperação futura. Politicamente, parece óbvio que quanto mais tempo durar a pandemia e se aprofundarem os problemas económicos e sociais, maior é o espaço para o crescimento de partidos anti-sistema. A história mostrou que os extremismos ganharam relevância em circunstâncias de instabilidade económica e social. Arrisco a dizer que nenhum político, nem nenhum sistema político, ficará na história pela forma como lidou com a pandemia. Não faltará, contudo, espaço para os movimentos que tenham contribuído para a clarificação das regras do jogo que se jogou na terceira década do século XXI.

Termino com a questão inicial: é possível conceber a possibilidade conceptual de dissociar a pandemia da economia? A pandemia terá de ter consequências económicas? Porquê? Sempre que fiz esta pergunta (a padeiros, médicos, economistas, biólogos, músicos, pedreiros...) todos começam por dizer que é inevitável, impossível, que não pode ser realizado. Meia hora de interpelação às objecções, começa a instalar-se uma sensação de desconforto. Afinal é possível, conceptual e tecnicamente. A conclusão final tem sido unânime: afinal resume-se a uma questão política, logo não é possível. Será? E como será que os nossos filhos nos avaliarão no futuro que lhes legámos (e também pelo que lhes negámos)?